

**Reversão de situações próximas ao pleno emprego e ataques aos direitos sociais:
os casos dos países centrais na Era de Ouro e do Brasil na década de 2010**

Bruno Rodas Oliveira

Doutor em economia pelo Instituto de Economia da UFRJ (IE/UFRJ).

Luciano Alencar Barros

Doutor em economia pelo Instituto de Economia da UFRJ (IE/UFRJ) e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

RESUMO: o presente artigo busca apresentar um arcabouço teórico a respeito de como as mudanças socioeconômicas geradas a partir de situações próximas ao pleno emprego engendram respostas políticas (econômicas e institucionais) das classes dominantes no intuito de revertê-las, e usá-lo para analisar a experiência concreta dos países capitalistas centrais no fim da Era de Ouro e do Brasil na década de 2010.

Palavras-chave: aspectos políticos do pleno emprego; economia política do fim da Era de Ouro; economia política da década de 2010 no Brasil.

1 Introdução

A análise das trajetórias econômicas dos países a prazo mais longos – para além dos ciclos de curto prazo – revela que existem duas restrições fundamentais ao pleno emprego e ao crescimento: a restrição externa e a política. Essa é uma dedução lógica a partir das premissas de que as economias em geral operam com desemprego involuntário e de que o capital (entendido com conjunto dos meios de produção) é produzido no próprio sistema econômico.

A restrição externa refere-se à falta de divisas. Todo país não autárquico necessita de importações para crescer, seja de insumos, produtos e/ou bens de capital. Situações de déficits no balanço de pagamentos podem ser contornadas no curto prazo por meio da utilização de reservas internacionais ou por meio de endividamento. Mas ambas as opções tendem a ser inviáveis a prazos maiores, uma vez que as reservas se exaurem e que o passivo externo precisa ser pago. Assim, dada a falta de moedas de curso global fortes, os países se veem obrigados a desvalorizar o câmbio e/ou a reduzir a absorção doméstica para equilibrar as transações correntes. Nesse último caso o crescimento é claramente restrito no intuito de sanar as contas externas. Como a história demonstra, a falta de divisas é a principal restrição ao crescimento das economias capitalistas, em especial aquelas que ocupam situação periférica no sistema global.

Em não havendo falta de divisas, a segunda restrição ao crescimento econômico é a política. Situações de rápido crescimento e baixo desemprego tendem a gerar mudanças econômicas, políticas

e sociais favoráveis à classe trabalhadora. Essa situação implica em incômodos para a classe capitalista, que busca impor mudanças de política econômica que freiem o crescimento, bem como mudanças institucionais que também revertam o balanço socioeconômico em seu favor.

É justamente sobre a restrição política ao crescimento que se debruça o presente artigo. Seu objetivo é expor brevemente um arcabouço teórico de como as mudanças socioeconômicas engendradas a partir de situações próximas ao pleno emprego tendem a gerar desconfortos para a classes proprietárias, que buscam reverter tais mudanças por meio de políticas econômicas e modificações nos marcos institucionais, para, em seguida, aplicá-lo para as situações concretas observadas pelos países centrais do capitalismo no pós-guerra – em especial os Estados Unidos (EUA) – e pelo Brasil na década de 2010. Com esse objetivo, o artigo se divide em mais quatro seções, para além desta introdução. A seção 2 expõe o arcabouço teórico a respeito da inflexão observada a partir de situações próximas ao pleno emprego, a ser utilizado para analisar as trajetórias dos países centrais do capitalismo ao fim da Era de Ouro (seção 3) e do Brasil me meados da década de 2010 (seção 4). Por fim, a seção 5 conclui.

2 Arcabouço teórico

O arcabouço teórico que embasa a análise desenvolvida nas próximas seções é o da moderna abordagem do excedente, tal qual desenvolvida por Sraffa, Garegnani e, mais recentemente, pelo grupo de economia política do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). De um modo geral, tal referencial apoia-se na teoria do valor e da distribuição de Sraffa (1960), e no princípio da demanda efetiva desenvolvido por Keynes e Kalecki, estendido ao longo prazo a partir da contribuição de Garegnani (1962) e do modelo do Supermultiplicador Sraffiano (SERRANO, 1995). Além deste núcleo teórico, incorpora-se também a contribuição de Kalecki (1943) acerca do chamado “ciclo político de negócios”.

Segundo a teoria do valor e dos preços de Sraffa, para determinada técnica de produção e uma variável distributiva exógena (o lucro), determinam-se a outra variável distributiva (o salário) e os preços relativos da economia a partir da dinâmica do conflito distributivo. A determinação dos níveis do produto, por sua vez, se dá pelo princípio da demanda efetiva, cuja extensão para o longo prazo é levada a cabo no modelo do Supermultiplicador Sraffiano. Segundo este, os investimentos em capacidade produtiva para o setor privado são função crescente da demanda efetiva esperada, logo podem ser entendidos como sendo induzidos pela renda. Assim, o que determina o nível de produção (e a taxa de crescimento do produto) são os gastos autônomos (e seu ritmo de expansão), como os gastos públicos, o consumo autônomo, o investimento residencial e as exportações.

Uma vez que os níveis de produto são determinados pela demanda efetiva e que o governo, em não se encontrando em uma situação de escassez de divisas, tem toda condição para expandir seus

gastos diretamente, segue-se que a opção por se manter níveis de produção abaixo daquele de pleno emprego é uma escolha essencialmente política.

A justificativa de por que as economias normalmente operam com recursos ociosos encontra-se exposta de forma sintética em “Aspectos políticos do pleno emprego”, de Kalecki (1943). A ideia é que, ainda que situações de plena utilização dos recursos impliquem maiores massas e taxas de lucro¹, a manutenção de cenários de pleno emprego engendra mudanças econômicas, políticas e sociais que desfavorecem a classe capitalista, que por sua vez passa a pressionar os governos a adotar políticas contracionistas a fim de gerar desemprego e reverter tais mudanças. Nesta visão, o desemprego funciona como uma forma de “controle social”.

Situações de baixo desemprego tendem a fortalecer o poder de barganha da classe trabalhadora e aumentar sua capacidade de pleitear e obter ganhos nominais de salário cada vez maiores em relação à produtividade. Caso os salários cresçam mais do que esta, observar-se-ia um aumento do custo unitário do trabalho, que, sendo integralmente repassado aos preços, gera inflação, e sendo apenas parcialmente repassado (o que geralmente ocorre em razão das forças de concorrência) acarreta em compressão de lucros.

Tendo em vista que os investimentos são função crescente da demanda efetiva e não das taxas de lucros, a acumulação de capital se manteria em um ritmo elevado em tal cenário, uma vez que a classe trabalhadora, se apropriando de parcelas maiores da renda nacional, manteria elevados patamares de consumo, induzindo o investimento e o crescimento econômico. Assim, a formação bruta de capital fixo não se desaceleraria, mesmo na presença de taxas de lucro decrescentes, uma vez que as firmas que não ajustassem suas respectivas capacidades produtivas à demanda crescente perderiam fatias de mercado e comprometeriam lucros futuros. Eis então a necessidade de se pressionar o governo para realizar políticas econômicas contracionistas – uma vez que não haveria reversão endógena do quadro de economia aquecida via queda do investimento –, desacelerar o produto, gerar desemprego e reverter as mudanças observadas pró-classe trabalhadora.

Vale ressaltar que tais mudanças não são apenas econômicas a respeito de ganhos reais de salário (em detrimento aos lucros) e aumento da parcela salarial na renda. A manutenção de situações próximas ao pleno emprego também implica em mudanças sociais, políticas e institucionais em favor da classe trabalhadora, como o fortalecimento dos sindicatos, movimento sociais e partidos trabalhistas, e as consequentes reconfigurações entre extratos da sociedade e mudanças institucionais desfavoráveis à classe capitalista. Assim, fora a pressão sobre o governo pela redução do ritmo de

¹ Segundo Kalecki, a situação econômica no pleno emprego seria mais favorável aos capitalistas do que caso houvessem recursos ociosos, resultado típico sob o liberalismo econômico: "(...) *profits would be higher under a regime of full employment than they are on the average under laissez-faire*" (KALECKI, 1971 [1943], p. 141). Vale pontuar, contudo, que não é razoável imaginar taxas de lucros crescentes acompanhando ganhos reais de salário, uma vez que para tal seria necessário um sempre crescente grau de utilização da capacidade produtiva.

expansão da atividade e reversão das mudanças econômicas processadas, a classe capitalista procura introduzir toda uma agenda de reformas institucionais em seu favor, que tanto refletem quanto reforçam o enfraquecimento do poder de barganha da classe trabalhadora. Foi justamente o que ocorreu ao fim da Era de Ouro do capitalismo nos países desenvolvidos e a partir de meados da década de 2010 no Brasil.

3 O caso dos países centrais na Era de Ouro

3.1 Acirramento do conflito distributivo e crise da Era de Ouro do capitalismo

A Era de Ouro do capitalismo ocidental foi o período de cerca de três décadas que seguiu a Segunda Guerra Mundial, no qual se observaram elevadas taxas de crescimento do produto, da produtividade e da renda *per capita*, estabilidade inflacionária, ganhos reais de salário e redistribuição de renda, especialmente nos países centrais (MARGLIN E SCHOR, 1990; BARROS, 2022). No plano internacional, os Estados Unidos fomentaram a prosperidade das principais nações capitalistas (via juros baixos, financiamento subsidiado, transferência de tecnologia e acesso ao seu mercado interno), em um contexto de expansão do socialismo no mundo (MEDEIROS E SERRANO, 1999). E, no plano interno às nações, observaram-se acordos distributivos nos quais a classe capitalista dirigia a produção e concedia ganhos reais de salário em linha com a produtividade, enquanto a classe trabalhadora maneirava seu ativismo sindical (BOWLES ET AL., 1986; PANITCH E GINDIN, 2012).

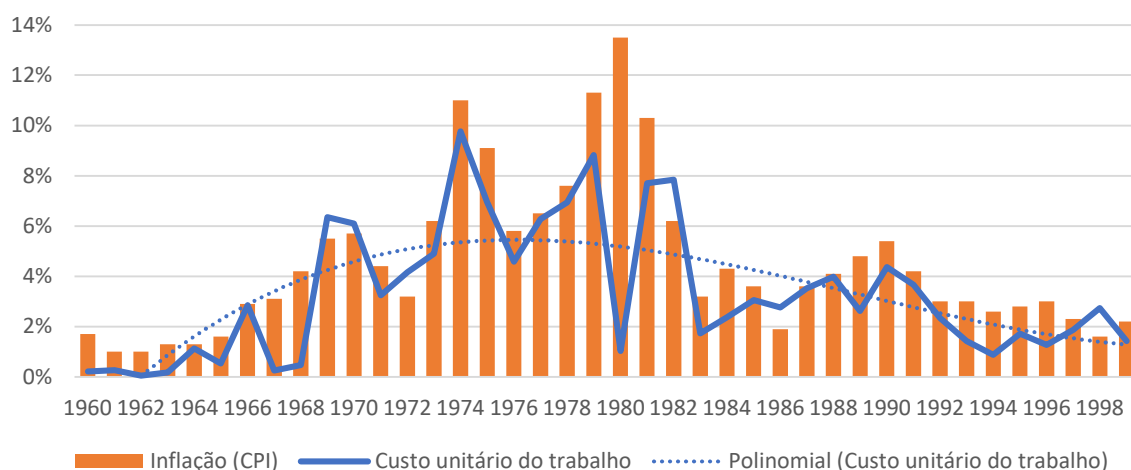
Se entre o fim da Segunda Guerra Mundial e os anos 1960, o conflito distributivo e a inflação foram moderados, a partir do final desta década as contradições entre capital e trabalho se explicitam. Em um cenário de manutenção de baixos níveis de desemprego², as crescentes mobilizações trabalhistas e sociais refletiam a redução do grau de “conformismo social”³, resultando em ganhos salariais cada vez maiores em relação à produtividade, impactando a inflação e comprimindo as taxas de lucro. Como o gráfico 1 indica, observou-se, nos EUA, um aumento do custo unitário do trabalho (relação entre salário nominal e produtividade) e da inflação até a segunda metade dos anos 1970, e uma queda a partir do início dos anos 1980⁴.

² A taxa de desemprego se manteve em uma média, nos EUA, de 4,9% entre 1960 e 1973.

³ Isso fica claro na eclosão de diversos conflitos no mundo desenvolvido, sendo os mais notórios o “maio de 1968”, na França, os “outonos quentes” de 1969, na Alemanha e na Itália, e as longas greves dos mineiros na Inglaterra, em 1973-74 (KORPI, 1991). No caso dos EUA, destacam-se as mobilizações contrárias à Guerra do Vietnam, assim como a radicalização dos trabalhadores negros, da juventude desempregada, e do movimento feminista, projetada na explosão de protestos urbanos ao longo dos anos 1960 (HOBSBAWM, 1995, p. 292-293; PANITCH; GINDIN, 2012).

⁴ Como se argumentará, tal queda se deu em razão da adoção de políticas econômicas contracionistas e de mudanças institucionais pró-capital.

Gráfico 1: Inflação e Custo unitário do trabalho nos Estados Unidos



Fonte: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e Bureau of Economic Analysis.

Nesse contexto observado na virada da década de 1960 para 1970, no qual a demanda efetiva crescia a taxas robustas, o ritmo de acumulação de capital se manteve em patamares elevados, a despeito das quedas nas taxas de lucro. As classes proprietárias buscaram reverter este quadro, que foi acompanhado por diversos outros ganhos sociais, não via redução do ritmo de investimentos – dada a atuação das forças de concorrência –, mas por meio de pressão para que o governo adotasse políticas econômicas que freassem a economia, gerando desemprego e reduzindo o poder de barganha da classe trabalhadora.

Os interesses das elites nessa direção já vinham se articulando desde o término da Segunda Guerra Mundial em diversas instituições e na mídia⁵, e foram se explicitando cada vez mais nos discursos oficiais a partir do final dos anos 1960, a ponto de em 1970 um relatório da OCDE denominado “*Inflation: The Present Problem*” chegar perto de recomendar abertamente o aumento do desemprego como solução para a inflação e a compressão de lucros:

In arguing for 'the urgent need to give higher priority to price stability', the OECD made the key observation that 'the problem of inflation arises in part from the very successes of post-war economic policies in other directions - notably in achieving high levels of employment'. Furthermore, the OECD recognized that 'giving higher priority to price stability means giving lower priority to something else' and that 'in a number of countries this may temporarily have to be' growth and employment. The first recommendation of the OECD for restoring price stability included the statement that 'excess demand should be eliminated and governments should be prepared, where necessary, to accept a temporary reduction in the rate of activity until there are signs that better price stability has been achieved'. (KORPI, 1991, p. 335)

⁵ “The Think Tanks, radio stations, magazines, and intellectual organizations that were funded by business contributions during the 1950s helped to form the infrastructure for the rise of the conservative movement. From the Mont Pelerin Society to the National Review, from Spiritual Mobilization to the American Enterprise Association, from the Foundation for Economic Education to the Manion Forum, they produced the ideas, popularized the language, and built the support for conservative economic politics at the very height of postwar liberalism.” (PHILLIPS-FEIN, 2009, p. 81-82).

Na mesma linha, destaca-se um memorando enviado à Câmara Nacional do Comércio dos EUA em agosto de 1971 pelo empresário Lewis Powell (1971) em defesa da criação de um projeto coletivo para os capitalistas, a fim de se reverter a situação de crítica e oposição ao sistema de livre empresa, que, em sua opinião, havia ido longe demais nos anos anteriores⁶.

Este documento, a exemplo de outros, ajudou a mobilizar a Câmara Nacional de Comércio⁷ e o mundo dos negócios, e, aos poucos, foi fortalecendo as instituições existentes e induzindo à criação de outras em favor dos interesses capitalistas. Neste sentido, destacam-se diversos grupos de reflexão (ou *think-tanks*), como o Instituto de Manhattan, o Instituto Hoover, e as fundações Ohlin e Heritage, que difundiam ideias econômicas ortodoxas (HARVEY, 2005).

A partir dos anos 1960, este tipo de posicionamento passou a contar com um sólido embasamento teórico no que tange a teoria econômica em si, com a ascensão e a consolidação do monetarismo. Friedman e seus seguidores possuíam não só um diagnóstico claro para a estagflação observada nos países desenvolvidos, como considerações normativas a respeito do que precisava ser feito.

Uma vez que nesta interpretação a instabilidade teria decorrido de erros de política econômica em um contexto no qual o governo seria incentivado a expandir o ritmo dos gastos e da oferta monetária, a fim de baixar o desemprego a níveis insustentáveis, concluía-se que a solução para os problemas observados seria justamente a adoção de políticas econômicas mais estáveis (contracionistas ou menos expansionistas) - de modo a ajustar o mercado de trabalho, levando o nível de desemprego até a chamada taxa natural de desemprego (única compatível com a estabilidade inflacionária) -, bem como a implementação de reformas institucionais no intuito de flexibilizar as relações trabalhistas e, com isso, reduzir tal taxa.

(...) we should adopt stable monetary and fiscal policies and seek to make the labor market as free as possible. Government measures are the primary cause of unnecessary unemployment— particularly minimum-wage laws and measures granting special immunities to trade unions. (FRIEDMAN, 1972, p.75)

Depois de décadas de articulação deste movimento pró-liberalismo econômico, o cenário observado a partir do final dos anos 1960 parecia propício para alça-lo à posição hegemônica, em função do enfraquecimento relativo da União Soviética, a nível global, e da instabilidade gerada pela escalada do conflito distributivo no plano interno às nações.

⁶ “No thoughtful person can question that the American economic system is under broad attack. (...) the time has come — indeed, it is long overdue — for the wisdom, ingenuity and resources of American business to be marshalled against those who would destroy it.” (POWELL, 1971).

⁷ Powell considerava a Câmara do Comércio central para seu projeto de mobilização pelos interesses do empresariado (POWELL, 1971). Tal instituição ampliou consideravelmente sua lista de integrantes a partir de então, passando de cerca de 60.000 empresas em 1972 para aproximadamente 250.000 mil dez anos depois. Em conjunto com a *National Association of Manufacturers*, a Câmara passou a possuir cada vez mais capacidade reivindicativa perante o poder público.

Conforme indicado no gráfico 1 acima, o acirramento do conflito distributivo e da inflação já vinha ocorrendo mesmo antes do primeiro choque do petróleo em 1973, mas este catalisou tal processo, no plano interno, além de gerar problemas de balanço de pagamentos em muitos dos países que não emitiam a moeda de curso global. O colapso do sistema de Bretton Woods (e o fim da conversibilidade do dólar ao ouro), dois anos antes, também havia gerado instabilidade cambial, agravando o problema da inflação em alguns países como decorrência da desvalorização cambial (MITCHELL E FAZI, 2017).

O fato é que o choque do petróleo desempenhou um importante papel direto na justificação da adoção das políticas contracionistas recomendadas, uma vez que se passou a atribuir a estas um suposto caráter inevitável frente a um evento externo, “neutro” do ponto de vista político interno aos países. As próprias reações (brandas) das sociedades a tais medidas demonstrariam que o aumento do desemprego não era tão perigoso politicamente quanto até então se supunha (KORPI, 1991; CAVALIERI ET AL., 2009).

Assim, tanto o descontrole inflacionário quanto os problemas no balanço de pagamentos fortaleceram a ideia da necessidade de adoção de políticas macroeconômicas contracionistas, que impactariam negativamente o crescimento econômico e aumentariam progressivamente a taxa de desemprego. Este processo se deu de forma generalizada no mundo, apesar das particularidades em termos de intensidade e temporalidade de cada país.

No decorrer dos anos 1970, ainda antes dos governos abertamente neoliberais de Margaret Thatcher (1979) e Ronald Reagan (1981), a intenção deliberada de se reverter o movimento de fortalecimento da classe trabalhadora permaneceu razoavelmente explícita no discurso das classes dominantes nos países avançados em geral. Outro importante indicativo se encontra num relatório escrito em 1975 por três integrantes da Comissão Trilateral, denominado “*The Crisis of Democracy*”⁸. Essa comissão, criada por iniciativa de David Rockefeller em 1973, incluía membros dos EUA, da Europa Ocidental e do Japão. Entre eles havia desde diretores de grandes corporações e bancos até senadores e professores universitários, sendo que diversos deles passaram a ocupar cargos-chave na administração do presidente Jimmy Carter, de 1977 a 1981.

Em linhas gerais, o relatório chamava a atenção para a questão da “*moderação na democracia*”, visando compensar, superar, o “*excesso de democracia*” da década anterior. Dentro deste contexto, explicitava-se a preocupação da Comissão com os grupos anteriormente passivos, mas que passaram a se organizar nos últimos anos, como afrodescendentes, indígenas, latino-americanos, estudantes, mulheres, etc. (CHOMSKY, 1977). De forma bastante clara, o relatório afirma que: “[t]he effective operation of a democratic political system usually requires some measure

⁸ Ver Crozier, Huntington e Watanuki (1975).

of apathy and noninvolvement on the part of some individuals and groups.” (Apud CHOMSKY, 1977, p.18).

Este ambiente de instabilidade se veria ainda bastante agravado ao final da década de 1970, a partir do segundo choque do petróleo, que levou seus preços a quase triplicar, bem como do aumento abrupto dos juros levado a cabo pelo Federal Reserve.⁹

Fatores de ordem externa e interna concorrem para explicar esta forte elevação dos juros nos EUA. No plano internacional se observavam tentativas dos países industrializados de se alterar o sistema financeiro e monetário internacional, reduzindo o poder assimétrico do dólar. O choque monetário norte-americano pode ser entendido, até certo ponto, como uma resposta a este processo. No plano interno, por outro lado, vinha ocorrendo, como visto, uma intensificação do conflito distributivo, refletido em elevadas taxas de inflação. O aumento dos juros ajudou na resolução desta questão, na medida em que contribuiu para desacelerar a economia, gerando desemprego, redução do poder de barganha da classe trabalhadora e, a partir disso, a recomposição das taxas de lucro. Este processo, iniciado nos EUA, se espalhou para os demais países da órbita capitalista, induzindo-os a também elevar suas taxas de juros, sob o risco de fuga de capitais (em um contexto de crescente mobilidade) e crise no balanço de pagamentos (SERRANO, 2004).

Assim, entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1980 observou-se uma elevação nas taxas médias de desemprego dos principais países capitalistas como os EUA, Reino Unido, França, Alemanha e mesmo Japão (ainda que de forma menos acentuada neste último). E, como consequência disso, houve uma visível redução na taxa de crescimento dos salários reais, especialmente no Reino Unido e nos EUA. A título de ilustração, de acordo com Cavalieri, Garegnani e Lucii (2004), a taxa média de crescimento do salário real na indústria manufatureira do Reino Unido caiu de 4,3% a.a. entre 1968 e 1972 para 0,4% a.a. entre 1973 e 1982, e, nos EUA, de 1,4% a.a. para -0,3%, entre os mesmos períodos.

Assim, de fato se logrou controlar a inflação a partir do início dos anos 1980 em função da contenção de salários (BARROS, 2020). Mas a contrapartida foi a tendência verificada desde os 1970, de redução no crescimento econômico, elevação do desemprego e queda na taxa de crescimento dos salários, o que contribuiu para o inequívoco processo de concentração de renda a partir dos anos 1980. Este processo seria reforçado ainda por mudanças institucionais regressivas levadas a cabo pelos diferentes países centrais.

3.2 Nova Configuração Institucional e de Poder

Ao início dos anos 1980, a nova configuração de poder refletindo o enfraquecimento da classe trabalhadora se viu mais definida e incrustada no novo arranjo institucional que foi se consolidando

⁹ Segundo dados do FED de St. Louis, os juros nominais de curto prazo dos EUA saltaram de 11,1% em 1979 para 16,3% em 1981, o que implicou em sua elevação de zero para 5,2% em termos reais.

a partir de então, e cujo efeito seria o de reforçar os interesses das classes proprietárias. O modo como se deu essa mudança no mundo desenvolvido variou conforme o país: o neoliberalismo emerge inicialmente nos EUA e no Reino Unido, onde o ataque à classe trabalhadora foi mais explícito e fugaz, e posteriormente se difunde à Europa Ocidental, sendo digno de nota que em alguns países deste continente (notadamente nos países nórdicos) essa reestruturação foi limitada, e que no Japão praticamente não ocorreu.

Ainda assim, Kotz (2015) classifica o período a partir de 1980 como uma “era neoliberal”, já que na economia capitalista dominante – dos Estados Unidos – houve significativa reestruturação neoliberal, e que os demais países tiveram que ajustar seu modo de operação ao novo sistema global dominado por este país. Neste sentido, cabe destacar o viés liberal nas instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial de Comércio.

No plano interno aos países, as principais mudanças institucionais que contribuíram para um enfraquecimento mais definitivo da classe trabalhadora se deram no âmbito do papel do Estado na economia e da relação capital-trabalho.

No que tange ao papel do Estado na economia, tomando a experiência dos EUA – exemplar da tendência verificada em muitos países desenvolvidos –, as principais mudanças observadas foram: a renúncia a políticas *keynesianas* de pleno emprego; a desregulação de indústrias-chave (ferroviária, telefônica, energia elétrica, aviação, etc.); a desregulação do setor financeiro; o enfraquecimento da regulação trabalhista, ambiental e de proteção ao consumidor; a maior flexibilidade em relação ao cumprimento das leis antitruste; a privatização ou concessão à iniciativa privada de funções públicas; os cortes ou mesmo extinção de programas sociais; e a redução de impostos a empresas e estratos mais ricos da população em geral (KOTZ, 2015).

Pelo lado da relação capital-trabalho, na Era de Ouro os salários, horas e condições de trabalho em boa parte das economias dos países centrais eram definidos por negociação entre sindicatos e empresas, em geral de grande porte. Ainda que não fosse uma relação pacífica (como demonstrado pelas frequentes greves, sobretudo nos anos 1960), observou-se certa moderação até o final desta década, de modo que até então aceitava-se a legitimidade dos sindicatos. Com a ascensão da forma neoliberal do capitalismo, no entanto, a relação de barganha coletiva entre empregadores e sindicatos logo se deteriorou: o papel dos sindicatos na negociação salarial e das condições de trabalho foi explicitamente atacado e reduzido nos EUA, principalmente pelas grandes empresas, em um movimento endossado pelo governo federal¹⁰. Nos países em que a classe trabalhadora apresentou maior poder de barganha no pós-guerra, essas mudanças foram menos radicais, ainda que visíveis.

¹⁰ Um resultado direto disto foi a queda contínua nos EUA da taxa de sindicalização a partir de 1979 (KOTZ, 2015).

Uma outra alteração institucional bastante relevante na relação capital-trabalho foi a “casualização” do trabalho (KOTZ, 2015). Não mais tendo que barganhar com os sindicatos, com o tempo os empregadores foram transformando a natureza dos empregos em diversas indústrias nos EUA. A tendência foi a de se aumentar a proporção de empregos apenas temporários (*part-time*), reduzindo-se, com isso, o chamado “primeiro setor” do emprego, caracterizado por empregos estáveis, de longo prazo, com salários relativamente altos, razoáveis benefícios e aumentos salariais regulares. Essa tendência também se verificou em diferentes intensidades em outros países desenvolvidos.

Como já mencionado, esta estrutura institucional reforçou os interesses das classes proprietárias e, concretamente, recolocou diversos países avançados em uma trajetória crescente de desigualdade de renda e riqueza. Isto sem falar da tendência de redução (ou, ao menos, a estagnação) do crescimento da provisão de bens e serviços públicos que se observou a partir dessa época.

4 O caso do Brasil na década de 2010

4.1 A “breve Era de Ouro” e a resposta das classes dominantes

Ainda que seja necessário reconhecer as particularidades de uma economia periférica (ou semiperiférica), na qual a capacidade de mobilização trabalhista e social historicamente foi mais reduzida do que nos países desenvolvidos, é possível constatar um padrão semelhante na guinada neoliberal verificada no Brasil na década de 2010.

Após duas décadas de baixo crescimento entre 1980 e 1990, a situação começou a se reverter a partir de 2003, com a chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores (PT) e a melhora no cenário internacional, inaugurando uma “breve Era de Ouro” no país, que vai de 2004 a 2014, e se caracteriza por taxas médias de crescimento relativamente mais altas, baixo nível de desemprego e significativos ganhos salariais e sociais (SERRANO E SUMMA, 2018).

Em um cenário externo mais favorável, o país não só passou a obter superávits na balança comercial, puxado pelo boom de *commodities* (em boa medida como efeito do crescimento expressivo China), como a entrada de capitais se manteve elevada, possibilitando o acúmulo de reservas e influenciando na estabilidade da inflação – por meio do câmbio valorizado – a partir de 2005.

O equacionamento da restrição externa, por sua vez, permitiu a retomada de um crescimento mais expressivo dos componentes da demanda (além das exportações), o que passou a ser estimulado pela adoção de uma política econômica mais pragmática e expansiva a partir de 2005, depois de Dilma Rousseff (então ministra da casa civil) rejeitar a proposta em voga de déficit nominal zero (SERRANO E SUMMA, 2012).

Apesar de o governo manter o tripé econômico herdado do governo anterior (baseado em superávits primários, câmbio flutuante e metas de inflação), esse maior pragmatismo se refletiu em medidas como a retomada do investimento e consumo públicos, um maior crescimento do salário

mínimo, a forte expansão do crédito (público e privado), e a melhora na distribuição de renda e no emprego, que, conjuntamente, possibilitaram uma grande ampliação no consumo de massa.

Uma característica marcante dos governos Lula e Dilma I foi justamente o avanço significativo dos indicadores sociais. A melhora no mercado de trabalho, com crescimento do emprego e do grau de formalização, somada à forte elevação no salário mínimo e à criação e ampliação de programas sociais (como o Bolsa Família) levou não só a uma queda substancial nos níveis de pobreza, como também permitiu a redução na desigualdade de renda.

Essa postura do governo a partir de 2005, juntamente à redução na vulnerabilidade externa do país, foi essencial também para evitar uma queda ainda maior em 2009, no bojo da crise do *subprime*, e para a rápida recuperação em 2010. No entanto, a partir de 2011, e mais claramente em 2012, o primeiro governo Dilma realizou uma mudança de foco na política econômica, na tentativa de dar maior protagonismo ao setor privado, a partir de medidas como incentivos fiscais, monetários e cambiais. Em um cenário de redução do crescimento dos gastos públicos, tais estímulos se traduziram em lucratividade para os setores contemplados, mas não em investimentos, já que a taxa de crescimento da demanda efetiva estava caindo, observando-se cada vez menos incentivos para a expansão da capacidade produtiva (SERRANO E SUMMA, 2018; BARROS, 2021).

Vale ressaltar que tal reorientação de política econômica a partir do primeiro mandato de Dilma contou com o apoio de organizações patronais, como a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), e mesmo centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores e a Força Sindical¹¹. Preocupadas com a desindustrialização, a reprimarização da economia e com o aumento do coeficiente de importação na produção nacional, tais associações recomendavam a desoneração tributária, reduções da dívida pública e dos juros, e que se buscasse, por diferentes instrumentos, uma taxa de câmbio mais competitiva.

Mas mesmo com a desaceleração econômica decorrente dessa reorientação de política econômica, o desemprego continuou caindo até 2014 e a classe trabalhadora continuou se fortalecendo, obtendo ganhos reais de salários e outros benefícios sociais.

De forma semelhante ao ocorrido nos países do centro do capitalismo ao fim da Era de Ouro, os ganhos econômicos, políticos e sociais entre 2004 e 2014 geraram incômodos às classes dominantes, e uma pressão crescente destas pela adoção de políticas econômicas contracionistas e mudanças institucionais pró-capital, de modo a reverter parte dos ganhos verificados.

¹¹ Isto fica explícito no documento “Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego”, elaborado pela FIESP em parceria com diferentes centrais sindicais, disponível em: <https://fsindical.org.br/midias/arquivo/0670ac3f7dda6ddd53187cd89e7d46ae1%5D.pdf>. Acesso em 15/08/2022.

A postura mais conciliatória dos setores dominantes começa a mudar mais claramente a partir do final de 2012, quando se intensificam pressões pelo controle dos gastos públicos¹² e pela flexibilização e “modernização” das leis trabalhistas¹³, e se explicitam insatisfações perante o crescimento dos salários acima da produtividade. Isto fica evidenciado em um artigo escrito por Paulo Francini, diretor do Departamento de Pesquisa e Estudos Econômicos (Depecon) da Fiesp, e Rogério Cesar Souza, economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi):

Um dos principais temas do debate econômico brasileiro atual diz respeito à crise que a indústria enfrenta. O crescimento dos salários acima da produtividade do trabalho seria um dos fatores explicativos do fraco desempenho do setor. (FRANCINI E SOUZA, 2013)

O ajuste fiscal também era defendido por outras associações patronais, como a Federação dos Bancos (FEBRABAN)¹⁴. Reiteradas vezes seu presidente apoiou tanto a escolha da equipe econômica do segundo mandato de Dilma (que implementaria um forte ajuste fiscal e contracionismo monetário), quanto aquela indicada pelo seu vice e sucessor, Michel Temer¹⁵.

O ano de 2015 marca um ponto de inflexão no balanço de poder entre capital e trabalho. Em um contexto de deterioração do cenário externo, a radicalização das políticas de austeridade a partir de então contribuíram para taxas de crescimento negativas do PIB nos anos seguintes, de -3,5% em 2015 e de -3,3% em 2016, o que implicou um aumento substancial na taxa de desemprego de 6,8% em 2014 para 8,3% em 2015 e 11,3% em 2016.

A interrupção do processo de crescimento inclusivo e a grande crise que se seguiu resultou essencialmente da guinada de política econômica que em um primeiro momento buscou reduzir o papel do Estado e dar incentivos para o setor privado, em um contexto de desaceleração da demanda, e, em seguida, realizou políticas fiscais e monetárias fortemente contracionistas. A consequente queda da demanda efetiva é que explica a contração dos investimentos, e não o contrário (SERRANO E SUMMA, 2018).

É importante destacar que essa interpretação para a crise é compatível com a realidade brasileira observada no período, a exemplo do que se passou nos países centrais do capitalismo ao final dos anos 1960, quando houve a manutenção do ritmo de acumulação de capital mesmo frente a

¹² Segundo Paulo Skaf, presidente da Fiesp: “Há muito tempo pedimos mudanças na política econômica, na direção de maior controle de gastos e menos uso da taxa de juros”. Fonte: <http://www.ciesp.com.br/noticias/nota--oficial-nao-e-hora-de-subir-os-juros-comenta-paulo-skaf-sobre-decisao-do-copom-de-elevar-selic--para-9>. Acesso em: 18/09/22.

¹³ Conforme documento da CNI em parceria com a Fiesp, do final de 2012, denominado: “101 propostas para a modernização trabalhista”.

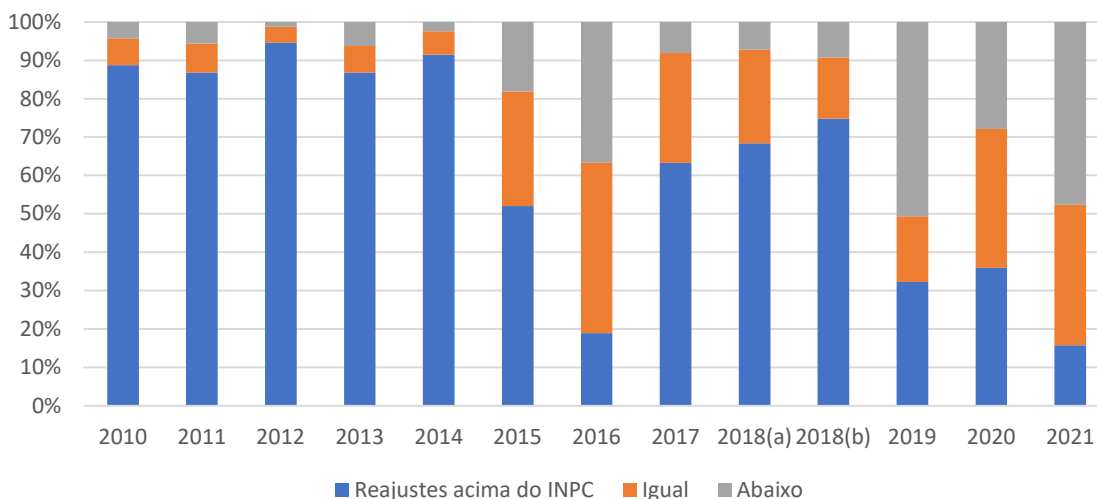
¹⁴ Ver, por exemplo, <https://valor.globo.com/financas/noticia/2014/03/26/bancos-pedem-a-dilma-mais-atencao-fiscal.ghtml>. Acesso em 12/09/2022.

¹⁵ Os presidentes da FEBRABAN e do Bradesco elogiaram a escolha de Joaquim Levy para a fazenda e a manutenção de Alexandre Tombini no Banco Central, responsáveis pela política contracionista que contribuíram para jogar o país na recessão (ver: <https://exame.com/economia/febraban-elogia-escolha-de-levy-barbosa-e-tombini/>). Acesso em 15/09/2022. O mesmo presidente da FEBRABAN, Murilo Portugal, também elogiaria a equipe econômica escolhida por Temer: <https://atarde.com.br/economia/febraban-temer-assume-em-momento-dificil-mas-com-expectativas-positivas-778626>. Acesso em 15/09/2022.

taxas de lucro declinantes. Tal realidade traz dificuldades para outras interpretações que associam a crise à queda dos investimentos em razão de uma suposta greve motivada por fatores políticos (SINGER, 2015), ou como consequência direta da queda nas taxas de lucro (BRESSER-PEREIRA, 2015; MARQUETTI ET AL, 2016; SHAIKH, 2017; MARTINS E RUGISTSKY, 2018).

A crise econômica de 2015-2016, que ademais se deu em um momento de ressurgimento de governos mais conservadores na América Latina, decorreu, portanto, principalmente de mudanças nas políticas econômicas adotadas em um cenário de baixo desemprego, e como era de se esperar implicou num duro golpe na classe trabalhadora. Segundo dados do DIEESE, cerca de 90% desta obteve ganhos reais de salário entre 2010 e 2014, parcela que cai para 52% em 2015 e 19% em 2016. Com a breve retomada do crescimento no biênio seguinte há um esboço de recuperação de tais percentuais, mas que logo voltam a cair em 2019 (gráfico 2), com a persistência de um cenário de estagnação e sob efeito de reformas institucionais que enfraqueceram estruturalmente a capacidade de barganha dos trabalhadores, como a reforma trabalhista.

Gráfico 2: Reajustes salariais acima, iguais ou abaixo da inflação medida pelo INPC



Fonte: DIEESE. Os dados até 2018(a) são do “Balanço das negociações dos reajustes salariais”, e aqueles a partir de 2018(b) são do “Boletim de olho nas negociações”, e daí a (pequena) discrepância observada neste ano.

O acordo político que substituiu Dilma por Temer em 2016 nitidamente visou o aprofundamento da política econômica iniciada em 2015 e a realização de mudanças institucionais na mesma direção. O documento “Uma Ponte para o Futuro” (2015), da Fundação Ulysses Guimarães e do PMDB (atualmente MDB), evidencia a intenção de se prosseguir com tais políticas de contenção do gasto público e de se avançar em reformas estruturais, que, para os autores, possibilitariam a superação da “severa crise fiscal” que o país supostamente estaria passando, a qual teria se tornado “o mais importante obstáculo para a retomada do crescimento econômico.”

Nas palavras do próprio documento, tal crise seria resultado, em parte, dos “excessos” que o governo teria cometido nos anos anteriores, “seja criando novos programas, seja ampliando os

antigos, ou mesmo admitindo novos servidores ou assumindo investimentos acima da capacidade fiscal do Estado” (p. 5).

Para reverter essa situação, seria imprescindível *“mudar leis e até mesmo normas constitucionais, sem o que a crise fiscal voltará sempre, e cada vez mais intratável, até chegarmos finalmente a uma espécie de colapso”* (p. 6). Isso incluiria tanto reformas na previdência e nas leis trabalhistas, quanto *“acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação”* (p. 9). Além de regras mais rígidas de responsabilidade orçamentária, que no ano seguinte seriam concretizadas com o Teto de Gasto (2016).

Para coroar este novo regime, vamos propor que o equilíbrio fiscal de longo prazo seja um dos princípios constitucionais que deve obrigar a Administração Pública, aprovando-se uma lei complementar de responsabilidade orçamentária em termos que tornem possível à adaptação a circunstâncias excepcionais. (PMDB, 2015, p. 10)

Por fim, e no intuito de explicitar o mesmo tipo de intenção para os anos subsequentes, vale mencionar o documento “Projeto de Nação”, elaborado em 2022 pelo Instituto Sagres, que em boa medida contempla a visão dos militares acerca do futuro do país. Entre outros pontos levantados, o documento propõe a redução dos gastos públicos; uma reforma tributária no intuito de reduzir os impostos e os *“encargos sociais exagerados”*; a flexibilização das formas de entrada de capital estrangeiro; e a cobrança nas universidades públicas e no Sistema Único de Saúde (SUS).

O contexto de desaceleração do crescimento desde 2011, as denúncias de corrupção da operação Lava Jato (que contou com apoio do departamento de justiça norte-americano¹⁶), a eleição na margem de Dilma em 2014 e o aumento da inflação em 2015 facilitaram aos grupos dominantes pressionar o governo pela adoção de uma agenda econômica mais radical de austeridade, assim como articular o golpe parlamentar de 2016.

Vale notar que, historicamente, quando chegou ao poder (a nível municipal, estadual ou federal), o PT sempre seguiu um caminho de evasão ao confronto direto com as classes proprietárias. Seria ilusório pensar que o partido bateria de frente com esses segmentos dessa vez, em um cenário no qual o conflito distributivo vinha se acentuando.

Essa nova coalização de forças e o padrão de políticas econômicas austeras e de mudanças institucionais contra os interesses da classe trabalhadora sofreriam um reforço nos anos seguintes com o governo transitório (Temer) e a eleição de um candidato de extrema direita em 2018 (Bolsonaro), com forte viés neoliberal, mantendo o país na mais longa crise econômica dentro do período republicano.

4.2 Ataques a direitos sociais e mudanças institucionais

¹⁶ A colaboração de tal departamento com os procuradores da operação, por vezes à margem do sistema legal, se encontram descritos na reportagem do Le Monde: https://www.lemonde.fr/international/article/2021/04/11/lava-jato-the-brazilian-trap_6076361_3210.html. Acesso em 24/01/2023.

Para além da política econômica contracionista – que por si só enfraquece o poder de barganha da classe trabalhadora ao aumentar a taxa desemprego –, a partir de 2016 foram sendo aprovadas reformas institucionais que refletem e reforçam o fortalecimento das classes proprietárias no país. Neste sentido vale ressaltar que o próprio quadro de elevado desemprego facilita a introdução de tais reformas impopulares, vendidas como soluções amargas para a crise.

Uma primeira mudança foi sancionada ainda por Dilma, em março de 2016, impulsionada pelo Jogos Olímpicos que seriam sediados no país no mesmo ano. A partir de então passou a ser considerado ato de terrorismo qualquer ação que tenha por objetivo “causar terror social”, colocando em perigo pessoas, patrimônios e a paz pública, incluindo sabotar ou se apropriar do funcionamento de locais como escolas, aeroportos, instituições públicas, instituições bancárias, entre outros.

Apesar das justificativas no papel, a lei acabou abrindo espaço para a criminalização, de modo vago, de mobilizações de resistência, ao permitir que o Ministério Público, a polícia e os juízes enquadrem como terroristas ações organizadas por sindicatos e movimentos sociais.

Como esboçara-se a partir de 2015 com o ajuste fiscal e explicitara-se no documento “Uma ponte para o futuro”, a política fiscal passou a ser o grande alvo da vez. Para além do forte contracionismo adotado no início do segundo mandato de Dilma, foi promulgada uma lei que passou a limitar os gastos públicos. Isto se deu pela Emenda Constitucional 95 de 2016, conhecida como “teto de gastos”, que estabeleceu formalmente um limite para tais gastos, congelando-os em termos reais por vinte anos.

Tal emenda, inscrita na constituição, não possui precedentes no mundo, e implica necessariamente uma progressiva redução do gasto público *per capita* - dado o crescimento positivo da população brasileira -, em um país com profundas carências sociais e premente necessidade de expansão e melhoria dos serviços públicos.

No ano seguinte (2017) seria aprovada a Reforma Trabalhista, com o discurso de “flexibilizar” o mercado de trabalho e simplificar as relações entre trabalhadores e empregadores, mas que na prática favoreceu o empregador em detrimento do empregado.

A reforma alterou, entre outras coisas, as regras relativas à remuneração, plano de carreira e jornada de trabalho: os acordos coletivos (entre empregador e trabalhadores) passaram a prevalecer sobre a legislação, prejudicando naturalmente o elo mais fraco que são os trabalhadores; a jornada de trabalho, antes limitada a 8 horas diárias e 44 horas semanais, passou a poder ser estendida a até 12 horas diárias, desde que respeitadas as 220 horas mensais; e passou a haver a possibilidade de trabalho intermitente, mesmo que com a manutenção de direitos trabalhistas proporcionais às horas trabalhadas. Além disso, mas não menos importante, a reforma dificultou o acesso à Justiça do

Trabalho, tornando-o proibitivo em boa parte dos casos¹⁷, e reforçou a tendência ao sucateamento da organização sindical, ao retirar a obrigatoriedade da contribuição sindical.

No que diz respeito à Reforma da Previdência (2019), a principal mudança está ligada ao tempo de contribuição e à idade mínima para a aposentadoria, assim como à forma de cálculo do valor a ser recebido. Antes era possível se aposentar ou pela idade ou pelo tempo de contribuição, enquanto agora juntam-se os dois requisitos, exigindo-se uma idade mínima e um tempo contribuição mínimo. No caso de trabalhadores urbanos, homens podem se aposentar com 65 anos e 20 anos de contribuição, enquanto mulheres com 62 anos (antes era 60) e 15 anos de contribuição. Um problema de tal mudança é que pelo novo cálculo do benefício, esse tempo mínimo de contribuição garante apenas 60% da média aritmética do total contribuído (para trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social)¹⁸, acrescentando-se 2% para cada ano de contribuição a mais. Com isso, para gozar da integralidade do benefício, seriam exigidos 35 anos de contribuição para as mulheres e 40 anos de contribuição para os homens, somados às respectivas idades mínimas. Em função das características do mercado de trabalho no país, para a grande maioria dos trabalhadores a reforma inviabiliza a aposentadoria com valor integral.

Por fim, num campo menos concreto de mudanças institucionais, vale mencionar o sucateamento crescente da educação e da saúde públicas e a intenção deliberada de se acabar com a gratuidade do ensino superior público e do SUS (como expressa no documento “Projeto de nação” supracitado), mesmo após a constatação do papel imprescindível que tal sistema desempenhou durante a crise sanitária do coronavírus, iniciada em 2020.

Se o período de transição ao neoliberalismo a partir do final dos anos 1980 veio acompanhado de uma Constituição que incluiu importantes ganhos sociais (indo de encontro à tendência nos países centrais à época), agora, finalmente, em uma segunda rodada neoliberal, nota-se muito nitidamente uma reversão de parte dessas conquistas, explicitada na concretização das mudanças institucionais acima e nos discursos que preveem a continuidade deste processo.

5 Considerações finais

Ao longo do artigo buscou-se demonstrar como situações prolongadas de baixo desemprego engendram mudanças sociais, políticas e institucionais (para além das econômicas) pró-classe trabalhadora. E que tal cenário gera incômodos crescentes às classes dominantes, que buscam mudar tal quadro a partir de sua pressão sobre o governo pela adoção de políticas econômicas

¹⁷ A reforma passou a obrigar os trabalhadores a pagar honorários de sucumbência, caso perdessem a ação trabalhista, à parte vencedora. Antes disso era gratuito. Ademais, os trabalhadores agora podem ser condenados por litigância de má-fé, se os juízes entenderem que o pedido não era razoável. A partir de então, o volume de processos desse tipo caiu significativamente, segundo dados do Tribunal Superior do Trabalho. Fonte: <https://www.conjur.com.br/2022-jul-13/reforma-trabalhista-mostra-legado-reducao-volume-acoas>. Acesso em: 13/09/22.

¹⁸ O cálculo anterior era feito sobre 80% do total de contribuições, eliminando-se as menores contribuições e, portanto, gerando um valor final mais elevado.

contracionistas, e por mudanças institucionais em seu favor. Conforme se argumentou, esse processo foi evidente tanto ao fim da Era de Ouro do capitalismo nos países centrais, como no Brasil, na década de 2010.

Em ambos os casos, cenários de baixo desemprego geraram um aumento no poder de barganha da classe trabalhadora, com crescentes ganhos salariais em relação à produtividade, afetando adversamente as taxas de lucro. Porém, em um contexto de demanda aquecida, os investimentos continuaram em ritmo intenso, sob pressão da concorrência e da possibilidade de se perder fatias do mercado. A reversão de tal situação se deu a partir da pressão por mudanças de política econômica. Estas, sim, foram as responsáveis tanto por desacelerar o crescimento no centro do capitalismo a partir dos anos 1970, encerrando a Era de Ouro, quanto por jogar o Brasil em sua pior depressão do período republicano, restaurando, nos dois casos, a partir da elevação das taxas de desemprego, o poder de barganha da classe capitalista.

O que se seguiu, em ambas as experiências analisadas, foram mudanças institucionais que reforçaram o avanço dos interesses das classes proprietárias sobre a trabalhadora, implicando a redução do papel do Estado na economia e o desmonte parcial dos sistemas de seguridade social no centro do capitalismo, e a reversão parcial dos ganhos sociais obtidos com a constituição de 1988 no caso do Brasil, com a limitação constitucional à elevação dos gastos públicos, a flexibilização do mercado de trabalho, a regressão nos benefícios previdenciários e o sucateamento da educação e saúde públicas.

O ponto central que se procurou demonstrar é que os dois processos foram motivados por fatores políticos e devem ser entendidos no âmbito do conflito distributivo entre as classes sociais. Na presença de desemprego involuntário e sendo o capital um fator produzido no próprio processo produtivo, segue-se que maiores ou menores taxas de crescimento (e desemprego) são opções políticas (na ausência de restrições externas), bem como todo o arcabouço institucional vigente e a escolha por regimes mais ou menos igualitários. Assim, cabe à luta política definir os rumos dos regimes de acumulação e os marcos legais no sentido de maior prosperidade e justiça social.

Referências

BARROS, L. A. et al. Inflação e desemprego nos Estados Unidos da América durante a Grande Moderação. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 2020.

BARROS, L. A. Os Determinantes da Desaceleração Brasileira (2010-2015): uma Análise de Economia Política, *Revista Economia Ensaios*, v. 36, n. 1., 2021.

BARROS, L. A. O fim da “Era de Ouro” do capitalismo: análise crítica de algumas interpretações, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

BOWLES, S. ET AL. Power and profits: the social structure of accumulation and the profitability of the postwar US economy. *Review of Radical Political Economics*, v. 18, n. 1-2, p. 132-167, 1986.

BRESSER-PEREIRA, L. C. The Access to Demand. *Brazilian Keynesian Review*, v. 1, n. 1, pp. 35-43, 2015.

CAVALIERI, T; GAREGNANI, P; LUCII, M. Full Employment and the Left. In: Theory and practice of economic policy. Tradition and change. Selected Papers from the 9th Aispe Conference: Tradition and change. Selected Papers from the 9th Aispe Conference. FrancoAngeli, p. 334, 2009.

CHOMSKY, N. The Carter Administration: Myth and Reality. *Australian Left Review* No. 62, 1977.

CROZIER, M. J.; HUNTINGTON, S. P.; WATANUKI, J. The Crisis of Democracy - Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission. New York University Press, 1975.

FRANCINI, P. E SOUZA, R. C. Produtividade, salários e crise na indústria. São Paulo: FIESP, 28/10/2013. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/produtividade-salarios-e-a-crise-da-industria>. Acesso em: 19/09/2022.

FRIEDMAN, M. Three Views of Nixonomics and Where It Leads. *Newsweek*, 31 January, p. 74-75, 1972.

GAREGNANI, P. Il problema della domanda effettiva nello sviluppo economico italiano. Roma: SVIMEZ, 1962.

HARVEY, D. A Brief History of Neoliberalism. Oxford University Press, 2005.

HOBSBAWM, E. Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914 – 1989). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KALECKI, M. Selected essays on the dynamics of the capitalist economy 1933-1970. CUP Archive, [1943] 1971.

KORPI, W. Political and economic explanations for unemployment: A cross-national and long-term analysis. *British Journal of Political Science*, p. 315-348, 1991.

KOTZ, D. The Rise and Fall of Neoliberal Capitalism. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts & London, England, 2015.

MARGLIN, S. E SCHOR, J. The golden age of capitalism, Oxford University Press, 1990.

MARQUETTI, A.; HOFF, C.; MIEBACH, A. Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira. Mimeo, 2016.

MARTINS, G. E RUGITSKY, F. The Commodities Boom and the Profit Squeeze: Output and Profit Cycles in Brazil (1996-2016). *Working Paper Series*, FEA-USP, n. 9, 2018.

MEDEIROS, C. E SERRANO, F. Padrões Monetários Internacionais e Crescimento, in: FIORI, J. L. (org.) Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Ed. Vozes, Petrópolis, 1999.

MITCHELL, W E FAZI, T. Reclaiming the state: A progressive vision of sovereignty for a post-neoliberal world. London: Pluto Press, 2017.

PANITCH, L. E GINDIN, S. The making of global capitalism, 2012.

PHILLIPS-FEIN, K. Invisible hands: The making of the conservative movement from the New Deal to Reagan. Yayasan Obor Indonesia, 2009.

POWELL, L. Confidential Memorandum: Attack on American Free Enterprise System. August 23, 1971. Disponível em: http://reclaimdemocracy.org/powell_memo_lewis/. Acesso em: 24/08/2018.

SERRANO, F. Long period effective demand and the sraffian supermultiplier, Contributions to Political Economy, v. 15, 1995.

SERRANO, F. “Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível”. In: FIORI, J. L. (Org.) “O Poder Americano”. Vozes, 2004.

SERRANO, F.; SUMMA, R. Política macroeconômica, crescimento e distribuição de renda nos anos 2000. IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, 2012.

SERRANO, F. E SUMMA, R. Conflito Distributivo e o Fim da “Breve Era de Ouro” da Economia Brasileira. Novos Estudos CEBRAP, v. 37, n. 2, p. 175-189, 2018.

SHAIKH, A. Successful Macroeconomics Stimulus. *Policy Brief*, Progressive Economic Group, n. 11, 2017.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas. Novos Estudos-Cebrap, v. 102, p. 39-67, 2015.

SRAFFA, P. Production of Commodities by Means of Commodities: Prelude to a Critique of Economic Theory. Cambridge University Press, Cambridge, 1960.